

As Instituições Políticas e a Construção das Identidades Nacionais nos Estados Pós-Coloniais

Andreza Alves Velloso

Doutoranda em História
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
andreza.velloso@gmail.com

A 40ª edição da Revista Temporalidades contempla o dossiê “As Instituições Políticas e a Construção das Identidades Nacionais nos Estados Pós-Coloniais” e propõe abordar a complexa relação entre as instituições políticas e a formação das identidades nacionais em estados que emergiram após o período colonial, através do incentivo às abordagens interdisciplinares e metodologicamente diversificadas que permitam uma compreensão aprofundada das influências políticas, sociais e culturais na construção das identidades nacionais nos estados pós-coloniais. Ao longo das páginas a seguir, a atual edição da Temporalidades convoca a comunidade acadêmica à reflexão sobre a intrincada relação entre as instituições políticas e a formação das identidades nacionais em estados que surgiram após o período colonial.

Para adentrar nas profundezas desse tema complexo, é fundamental contextualizar as discussões teóricas que permeiam a construção das identidades nacionais e as dinâmicas políticas pós-coloniais que inspiraram o supracitado dossiê temático. Contribuições de autores como Maurice Halbwachs e Michael Pollak sobre memória e identidade coletivas oferecem uma base conceitual sólida que nos possibilita argumentar que a memória é socialmente construída e moldada por instituições, sendo essencial para a formação da identidade nacional – e, portanto, uma ferramenta crucial para a formulação e/ou ratificação de determinados discursos para a valorização ou não de determinados grupos sociais, posicionamentos políticos ou reconhecimento dos indivíduos e elementos que perduram na formação social dos referidos Estados pós-coloniais.

Maurice Halbwachs (2006) defende a concepção de memória como um fenômeno intrinsecamente coletivo. Contrariando a visão predominante na filosofia e psicologia de sua época, ele argumenta que a memória não é meramente individual, mas sim uma construção social que emerge das interações entre indivíduos e grupos. Para Halbwachs, a memória não pode ser reduzida a uma função biológica ou reação fisiológica, mas sim entendida como um fenômeno coletivo que se contrapõe à esfera individual e natural.

Segundo a análise do sociólogo, a memória coletiva implica que o indivíduo só pode recordar enquanto pertence a um grupo social específico. Em outras palavras, a memória individual é sempre uma memória de grupo. O sujeito é capaz de construir e acessar suas lembranças apenas como parte de uma totalidade social que o transcende, tanto quantitativa quanto qualitativamente. O indivíduo isolado não consegue formar memórias duradouras, pois depende do apoio e testemunho de outros para nutrir e moldar suas lembranças. As memórias individuais, portanto, emergem da interação com o outro e são formadas em contexto social.

Ao considerar essas perspectivas, podemos compreender que as instituições políticas tendem a promover uma narrativa oficial da história e da identidade nacional, que pode excluir ou marginalizar certos grupos ou experiências. No entanto, a memória subterrânea, como proposta por Michael Pollack (1989), representa uma forma de resistência e resiliência, onde as narrativas alternativas e as memórias não oficiais continuam a existir e a influenciar a identidade nacional de maneiras sutis e muitas vezes não reconhecidas.

Nos estados pós-coloniais, onde as identidades nacionais estão em constante construção e reconstrução, o diálogo entre a memória coletiva e a memória subterrânea é crucial para uma compreensão abrangente das dinâmicas sociais, políticas e culturais. Reconhecer a complexidade e a diversidade das memórias que compõem uma nação é essencial para promover um entendimento mais inclusivo e pluralista da identidade nacional e da história de um país.

Um aspecto crucial a ser explorado é a natureza das disputas de discurso que ocorrem em torno das instituições políticas e da construção das identidades nacionais. As instituições detêm o poder de ratificar narrativas dominantes ou de apagar memórias de grupos étnicos e sociais inteiros, moldando assim a percepção coletiva da história e da identidade nacional (HALBWACHS, 2006).

Estas disputas muitas vezes refletem lutas pelo poder político e pela legitimidade cultural, evidenciando a complexidade das relações entre Estado, sociedade e memória.

Este dossiê temático se destaca pela valorização de abordagens interdisciplinares e metodologicamente diversificadas. Entende-se que apenas por meio de uma análise multifacetada é possível compreender a profunda influência das instituições políticas na construção das identidades nacionais. Reconhece-se, aqui, a importância crucial da memória na formação das identidades nacionais. As sociedades pós-coloniais enfrentam o desafio de encontrar e compreender sua própria identidade, nacionalidade e discurso de nação dentro do contexto de reestruturação social. Nesse processo, a memória coletiva desempenha um papel fundamental, tanto na preservação das experiências históricas quanto na construção de narrativas que reforcem ou contestem as visões dominantes sobre a nação e sua identidade.

Referências bibliográficas

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Ed. Centauro, 2006.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-13, 1989.